

Direitos Humanos

Prêmio com cadáver nas mãos?

Detentor de um sem número de contradições, o Brasil acaba de acumular mais uma à sua já carregada agenda de paradoxos. País dos contrastes sociais, o Brasil corre o risco de vivenciar as comemorações do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta semana, com uma imagem negativa nesse setor.

E isso, no momento em que o secretário Nacional dos Direitos Humanos do governo Fernando Henrique, José Gregori, viaja a Nova Iorque a fim de receber uma homenagem única: o Prêmio de Direitos Humanos das Nações Unidas. O esforço de José Gregori nesse campo foi reconhecido, com justiça. Afinal, foi graças ao seu empenho nesse departamento que o Brasil conseguiu aprovar a Lei dos Desaparecidos, segundo a qual foram indenizadas as famílias dos presos políticos mortos e desaparecidos durante o regime militar. E a tortura, abusivamente praticada nos porões da ditadura, foi transformada em crime.

Também é responsabilidade de Gregori o avanço que a legislação brasileira registrou, tentando coibir a violência policial, ao transferir para a Justiça comum o julgamento de policiais militares envolvidos em assassinatos. Coube igualmente à Secretaria de José Gregori a conquista de incontáveis progressos em prol dos deficientes físicos e das minorias. Nada mais justo, portanto, que depois de um período de total falta de respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, o esforço brasileiro fosse reconhecido pela ONU.

Entretanto, a grande incoerência no processo brasileiro está ocorrendo neste momento, devido à intransigência do Governo com relação aos oito seqüestradores do empresário Abílio Diniz, em greve de fome há vinte dias. O que reivindicam é a expulsão para seus países de origem - Chile e Argentina - ou a redução da pena, que o próprio Governo concorda ter sido elevada. Se houvesse vontade política, expressão da moda para justificar o andamento de projetos no Legislativo, ou de processos no Judiciário, o triste episódio já poderia ter sido resolvido, sem estar o Brasil correndo riscos desnecessários à sua já tão combatida imagem.

O Governo pretende dar demonstração de força, não negociando sob pressão, como fazem os Estados Unidos com relação a terroristas. Alega também que não deve interferir no andamento da Justiça ou na tramitação legislativa. Nada mais hipócrita... Afinal, processos e projetos sobem e descem das prateleiras dos tribunais e do Congresso Nacional a bel-prazer do Executivo. E depois, é preciso não esquecer que, quando os seqüestradores de um dos mais ricos empresários paulistas, em 1989, fizeram sua primeira greve de fome, em abril passado, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns obteve sua inter-

rupção mediante o compromisso assumido com a Justiça de São Paulo de se rever a situação. E até hoje, oito meses depois, nada foi feito. Parafraseando o professor e governador Cristovam Buarque, o capitalismo brasileiro precisa, realmente, de um "choque de ética".

Poderia o Governo, por pressões de empresários, ter-se esquecido que o reconhecimento da ONU a José Gregori decorre do esforço pessoal do secretário, na busca de justiça social e cidadania no Brasil? Se esqueceu, convém lembrar que exatamente no dia 10, aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados estará realizando audiência pública para analisar a violência policial - civil e militar - no Estado de Tocantins. São 20 os casos selecionados, todos cobertos com o manto da impunidade.

Seria igualmente interessante lembrar-se que o prêmio de Direitos Humanos da França será entregue pelo primeiro-ministro Lionel Jospin a uma professora primária de Rio Maria (PA), Luzia Canuto. Filha de um sindicalista assassinado, ela é perseguida pelas autoridades municipais e por fazendeiros da região, devido à sua luta contra a impunidade e por justiça social. Portanto, o Brasil tem muito ainda a caminhar no campo dos direitos humanos. Para isso, basta constatar que a reforma das polícias deixou de ser um projeto prioritário dentro da Câmara dos Deputados.

O membro do Comitê Inter-

americano de Direitos Humanos, da OEA, deputado Hélio Bicudo (PT-SP), alertou para a possibilidade de, devido à rigidez do Governo no caso dos seqüestradores de Abílio Diniz, Gregori está correndo um sério risco de ir receber o prêmio da ONU com um cadáver nas mãos.

Seria bom para o Brasil que isso não ocorresse. De qualquer forma, uma boa leitura para o ministro da Justiça, Renan Calheiros, e para o presidente Fernando Henrique, nesses dias que antecedem à entrega do prêmio, é a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 50 anos. Diz ela que toda pessoa tem direito "a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir do fundamento de qualquer acusação criminal contra ela". A Declaração determina também que "toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente, até que sua culpa tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa". E, finalmente, por irônica coincidência, reza a Declaração que "não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso". Até o Governo tem consciência que os seqüestradores de Abílio Diniz tiveram um julgamento parcial e receberam, injustamente, uma pena muito mais pesada que o delito cometido.



PALET